

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA AO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E AGRICULTURA: 1930/1964

Francisco Barbosa

Sócio Presidente – IPADES

A formação econômica do Brasil foi estabelecida a partir da agricultura com seus dois fortes ciclos: açúcar e café. Seu estabelecimento deu-se apoiada na ideologia econômica liberal, como é consenso entre os historiadores. A crise internacional de 1929 e as transformações econômicas, políticas e sociais que se seguiram solaparam a base real de sua sustentação. Nasceram, a partir daí, diferentes concepções do desenvolvimento brasileiro, e três correntes se destacaram: a neoliberal; a desenvolvimentista; e a socialista.

Nessa nova conjuntura o pensamento econômico brasileiro que se estabeleceu no período 1930/1964 deu ênfase ao desenvolvimento nacional com base na industrialização relegando a agricultura a um papel secundário. Isto não foi fortuito, pelo contrário, contou com aspectos empíricos da produção, e da teoria econômica que nortearam a formulação de políticas econômicas nesse período.

As décadas de 30, 40 e 50 do século passado são o período básico de implantação do sistema industrial brasileiro, aqui não incluído o departamento de bens de capital. Nele ocorreu uma rápida e profunda divisão do trabalho nacional, através de um processo que introduziu e disseminou, em parcelas significativas do sistema produtivo em transformação, o progresso técnico na economia mundial, e que, no Brasil, ficou limitado ao comércio exterior.

O progresso técnico foi importante para o conceito fundamental da teoria “Centro-Periferia”, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão regional das Nações Unidas, criado em 1948 com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países latino-americanos.

De acordo com esse conceito, a divisão internacional do trabalho provocou, desde os primeiros estágios do capitalismo industrial, efeitos diferenciados nas economias centrais e periféricas, fazendo com que ambas se distanciassem em termos de estágio de desenvolvimento.

A tese parte da idéia de que o progresso técnico se desenvolveu de forma desigual nas economias acima citadas. Foi mais rápido nas economias centrais, em seus setores industriais, e, ainda mais importante, elevou simultaneamente a produtividade de todos os setores da economia, promovendo um nível técnico mais ou menos homogêneo em toda a extensão dos seus sistemas produtivos. Na periferia, que teve função de suprir o centro com alimentos e matérias-primas a baixo preço, o progresso técnico só foi introduzido nos setores de exportação, que eram verdadeiras ilhas de alta produtividade, em forte contraste com o atraso do restante do sistema produtivo. Tome-se como exemplo a economia cafeeira que, mesmo abalada no pela crise de 1929, continuou a ser o carro-chefe da economia brasileira nesse período.

É verdade, e sem demonstração empírica contrária à época, que as economias predominantemente primárias, como a brasileira, padeciam de duas dificuldades congênitas: a) a difícil capacidade de expansão do volume de suas exportações, proporcionalmente ao aumento da renda dos países compradores – os países emergentes só aumentaram essa demanda a partir da década de 1990; b) a instabilidade cíclica dos preços de seus produtos, com as sérias repercussões de toda ordem que isso acarreta.

Há época os países com potencial agrícola eram os de clima temperado que pela alta produtividade podiam superar as desvantagens congênitas através das vantagens comparativas da produção agrícola a custos reais mais baixos.

Esse contexto teve forte influência no pensamento econômico brasileiro, desse período, que ficou politicamente engajado na discussão do processo de industrialização. O conceito chave que o impulsionava passou a ser o desenvolvimentismo. Este entendido como uma ideologia de transformação da sociedade que identifica o fenômeno do desenvolvimento a um processo de industrialização, derivando daí o aumento da renda per capita e da taxa de crescimento. O desenvolvimentismo se caracterizou particularmente no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que se apoiava nos seguintes pontos fundamentais: industrialização; planejamento, e investimentos do estado. Esses fundamentos foram estabelecidos para os vários setores da economia pelo Plano de

Metas que foi a base consciente da política de implantação da indústria pesada no Brasil.

No pensamento econômico desse período era dominante a idéia de que a industrialização permitiria aos países subdesenvolvidos, principalmente os tropicais, importar mais técnicas modernas dos setores industriais do que no caso da especialização em agricultura, que segundo os formuladores da política desenvolvimentista esta era uma atividade pouco apta à adaptação de técnicas. De fato, tecnologias de ecossistemas diferentes não se transferem. No entanto, as tecnologias para a agricultura tropical devem e podem ser produzidas em seu ambiente próprio, o que o Brasil provou a partir da década de 1970.

Também favorecia a tese industrial o indicativo de que as forças produtivas da indústria se desenvolvem mais rapidamente do que suas congêneres rurais, em virtude dessas últimas oferecerem um escopo mais limitado para o progresso técnico. É verdade que o comportamento do produtor rural, principalmente nesse período era muito mais conservador do que o industrial. Exemplo foi o programa de modernização da agricultura proposto pelo Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, que por resistência da classe rural em aceitá-lo, foi colocado em *standby* pelo governo.

Em relação aos termos de troca, para os produtos primários a elevação da produtividade resulta principalmente em redução dos preços, isto porque a produção agrícola é um segmento atomizado, onde se estabelece um ambiente de concorrência perfeita, o que beneficia os consumidores, e neste caso os consumidores externos. Já para os bens manufaturados o progresso técnico se traduzia principalmente em maiores rendas, beneficiando, sobretudo os produtores, justamente pela condição contrária de não concorrência perfeita do sistema produtivo.

O modelo de industrializar sem diversificar e modernizar a agricultura não poderia dar o resultado esperado para o desenvolvimento dos países periféricos porque no processo clássico de industrialização, os padrões de demanda se desenvolveram *pari passu* com as descobertas tecnológicas e com a expansão da riqueza, de tal modo que a estrutura produtiva era capaz de acomodar e mesmo antecipar as mudanças na estrutura de consumo da sociedade, e mais, os vários setores produtivos expandiram-se quase ao mesmo tempo, fazendo com que nenhuma descontinuidade importante fosse gerada na estrutura produtiva da economia.

Para os países periféricos, a fase de industrialização inicia-se com grandes dificuldades, porque herda uma base econômica especializada em poucas atividades de exportação, com baixo grau de diversificação e com complementariedade intersetorial vertical extremamente reduzidas. E também, porque além da baixa especialização, era baixa produtividade de todos os setores, exceto o de exportação. Tais deficiências não podiam ser satisfatoriamente compensadas através de importações já que estas eram insuficientes para satisfazer a capacidade para importar requerida em tais circunstâncias.

Embora o pensamento econômico brasileiro não fosse favorável à modernização da agricultura havia quem pensasse diferente, esta era, por exemplo, a posição de Eugênio Gudín: *“indústria não é sinônimo de prosperidade, como agricultura não é sinônimo de pobreza... indústria ou agricultura de boa produtividade é que são sinônimo de prosperidade”* (Gudín, 1959, p. 210).

Nessa vertente foi que o estado de São Paulo se diferenciou do contexto brasileiro, a partir da crise de 1929, quando passou a diversificar sua agricultura, e se industrializando. Para tanto, contou com uma visão modernizante desde 1887, quando foi criado o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Essa iniciativa foi ampliada com as seguintes novas instituições: Escola Prática de Agricultura de Piracicaba, 1901, transformada em Escola Superior de Agricultura (Esalq), 1931, pioneira da pós-graduação da Universidade de São Paulo (USP), 1964; Posto Zootécnico Central, 1905, transformado em Instituto de Zootecnia, 1970; Instituto Biológico, 1927; Serviço Florestal, 1927, transformado em Instituto Florestal em 1970; Departamento de Botânica, 1938, transformado em Instituto de Botânica, 1942; Instituto de Economia Agrícola, 1942; Instituto de Tecnologia de Alimentos, 1963.

Essa condição, a nível nacional, só começou a se materializar na década de 1970, com o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), de 1972-74, que tinha entre suas prioridades o incremento à pesquisa técnico-científica. Então, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), instituição que deu uma nova dinâmica à pesquisa agrônoma nacional gerando tecnologias que permitiram ao Brasil se tornar um grande e respeitado produtor mundial de *commodities* agrícolas: soja, açúcar, café, suco de fruta, carnes, papel e celulose, etanol, entre outras. A agronomia e a agricultura tropical passaram a disputar *pari passu com* suas congêneres dos países de clima temperado.

REFERÊNCIA

GUDIN, E. **Inflação, importação e exportação, café e crédito, desenvolvimento e industrialização**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1959. 2ª ed. rev. e aum.